



Ação de formação: C. 523

Avaliação das aprendizagens dos alunos

– refletir sobre as práticas avaliativas

Trabalho individual Final

Formador: Joaquim Morgado

Formanda: Isabel Salvador dos Santos

**Escola Secundária João Gonçalves Zarco
19 novembro 2014 /4 março 2015**

Apresentação

O presente trabalho enquadra-se no contexto da ação de formação “Avaliação das aprendizagens dos alunos - refletir sobre as práticas avaliativas”, ação realizada no âmbito da BFI - Bolsa de Formadores Internos do CFAE_Matosinhos.

Este trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre os pontos mais relevantes que considerei ao longo desta ação.

Desenvolvimento

A avaliação das aprendizagens pelos alunos reveste-se da maior importância, para os alunos e para os professores, sendo um tema sempre pertinente e de grande interesse para todos os docentes.

A avaliação deve ser contínua e sistemática, e deverá socorrer-se de instrumentos de avaliação diversificados, cabendo a cada professor, em função das características de cada instrumento, daquilo que pretende avaliar e do contexto em que se vai aplicar, fazer as opções mais adequadas. Os instrumentos de avaliação utilizados e pelos quais se avalia, deve levar os docentes a uma reflexão acerca do que se faz e como se faz. Trata-se de uma problemática que deve ser estudada e partilhada entre todos os docentes, principalmente entre os do mesmo grupo disciplinar, pois a diversificação reduz igualmente a subjetividade na avaliação e permite uma maior justiça no ato de avaliar.

Na primeira sessão, de trabalho autónomo, foi importante a reflexão feita com base no texto de apoio, no qual se estabelece a distinção entre os dois modelos de avaliação, criterial e normativa. Concluí que, apesar de os dois modelos de avaliação terem finalidades e características diferentes estão relacionados entre si. A avaliação criterial, regula o processo ensino aprendizagem sendo realizada na inter-relação com as normas estabelecidas, as quais possibilitam a transição do aluno de ano de escolaridade, o que significa que se aplica, também, uma avaliação normativa.

Outro dos temas com grande importância nesta ação foi o facto de termos de refletir sobre a avaliação diagnóstica, nomeadamente sobre quando e como a realizamos, qual a sua finalidade e o que fazemos com os dados dessa avaliação.

No início do ano letivo, esta avaliação é fundamental para verificar o que o aluno sabe e o que não sabe. É um trabalho que deverá ter sentido também para o aluno e permitir-lhe, por um lado, comprovar os seus próprios conhecimentos relativamente à matéria de ensino e, por outro lado, implicá-lo na participação da aprendizagem e na auto-avaliação do seu progresso, assim como levá-lo a verificar que uma nova aprendizagem depende sempre de conhecimentos anteriores.

Quanto à avaliação formativa, tem por função melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos pelo que não deve ser quantificada. Através da avaliação formativa, o professor acompanha de perto o aluno, assegura-se das suas aprendizagens em cada momento, identificando as suas dificuldades bem como os seus pontos fortes a fim de lhe fornecer as orientações necessárias para o motivar para o prosseguimento da sua aprendizagem.

Assim, o sentido e a finalidade da avaliação formativa deve ser o de conhecer melhor o aluno, as suas competências, as suas dificuldades e os seus métodos de estudo. Nesta modalidade de avaliação, é muito importante o feedback que é fornecido ao aluno. A prática continuada de dar feedback às produções escritas dos alunos pode ajudá-los a identificar os seus erros e corrigi-los, de forma a não voltar a cometê-los.

Através da avaliação formativa, o aluno tem a possibilidade de verificar quais são as suas debilidades, aquilo que sabe e o que ainda não sabe e, a partir dessa constatação, autocorriger-se, fazer de novo de modo a melhorar a sua aprendizagem. Por outro lado, para o professor, este tipo de avaliação permite verificar as falhas, alterar estratégias, sempre com o objetivo de não sancionar, mas de, em conjunto com o aluno, melhorar o seu desempenho de modo a atingir as metas de aprendizagem propostas. É uma modalidade de avaliação muito importante mas de difícil implementação, dado o elevado número de alunos por turma e a extensão dos programas a cumprir.

Foi também muito interessante a reflexão sobre a análise de regras de construção de itens e sua elaboração. Uma vez que um dos instrumentos de avaliação utilizados pelos professores são os testes escritos, é fundamental que na sua construção não haja fragilidades. Um teste estruturado de forma clara e objetiva facilita a compreensão do que é pedido ao aluno. Assim, a sua elaboração deverá ser feita no estrito cumprimento das regras, com vista a uma maior adequação e clareza, para que se possa recolher informação pertinente que permita tirar conclusões sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos. Com uma das tarefas propostas, pretendeu-se auscultar a opinião dos docentes no sentido de saber se a classificação dos instrumentos de avaliação de cariz mais quantitativo, nomeadamente os testes de avaliação, deve ser feita com a indicação da cotação atribuída à resposta dada pelo aluno a cada item. Considero que, embora possa ter desvantagens, a indicação das cotações deve ser feita, dado que será um processo mais transparente e que poderá proporcionar ao aluno uma reflexão sobre os erros cometidos, desde que sejam clarificados e explicados aos alunos os critérios de correção.

Definir de critérios e referir indicadores para a análise de um cartaz, julgo ter sido uma tarefa proveitosa para uma melhor consolidação dos conceitos abordados na sessão anterior, por alguns grupos, na qual se detetaram muitas fragilidades. Os trabalhos de grupo e a apresentação das conclusões em plenário proporcionaram uma discussão enriquecedora desses conceitos integrada em situações concretas de avaliação.

O ponto mais relevante, da última sessão, foi a discussão sobre se a atribuição da classificação em cada um dos períodos pode ou não ter em conta o resultado dos instrumentos realizados em períodos anteriores. Sendo a avaliação contínua, esta deverá refletir o trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo, dando a justa valorização à evolução

que tenha sido observada. Assim, considero que a classificação final de cada período deve ter em conta o trabalho realizado desde o início do ano, até ao final desse período. A nota a atribuir ao aluno no final do ano, correspondente à classificação interna da disciplina, deve refletir a sua progressão no processo de aprendizagem ao longo de todo o ano letivo, devendo traduzir sempre o nível de conhecimentos e competências globalmente atingido pelo aluno.

Conclusão

A frequência desta ação de formação foi uma mais-valia para o meu desenvolvimento profissional, nomeadamente no que diz respeito à definição de critérios e indicadores. Reconheço que até à frequência desta ação tinha uma certa dificuldade em avaliar as “composições matemáticas” produzidas pelos alunos, pelo que geralmente só as utilizava como avaliação formativa, dado que deste modo não as classificava mas apenas indicava aos alunos os aspetos em falta. Considero que esta minha dificuldade estava relacionada com o definir critérios e indicadores, pelo que a partir de agora penso que já estou mais apta para avaliar este instrumento de avaliação, usando os conhecimentos adquiridos nesta ação na minha prática letiva.